

Política

CONSTITUINTE

SARNEY DESISTE DE MEDIR FORÇAS

Agora, ele pede pressa na votação da futura Carta. Explica-se: o presidente convenceu-se de quanto mais demorar, pior será para seu governo.

E o presidente Sarney decidiu colaborar. Reconheceu que o melhor caminho é mesmo apoiar o esforço concentrado proposto pelo presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, para que a nova Carta seja aprovada até meados de setembro. Enfim, Sarney resolveu não criar mais polêmicas e até orientou os líderes do governo para que se empenhem na conclusão dos trabalhos "o mais rápido possível". "O presidente está convencido de que quanto mais demorar, pior será para seu governo", admitiu ontem o líder de Sarney no Senado, Saldanha Derzi, ao final da reunião no Palácio da Alvorada com as demais lideranças do governo.

Para Saldanha, a decisão de Sarney é fácil de ser entendida. "O governo quer se organizar, tocar a administração, definir as novas competências e entregar um governo mais ordenado a seu sucessor", explicou o senador. Mais que isso, porém, Sarney espera ser recompensado por sua compreensão — mais especificamente até o final do mês, quando o governo enviar ao Congresso o orçamento geral da União para 1989, que quer ver aprovado. "Esse documento é uma adaptação à futura realidade da Constituição, e é um dever do Congresso aprovar", disse Saldanha Derzi.

Essas foram as discussões que tomaram toda a reunião de ontem com as lideranças. Ao final, Sarney deixou claro: todo o apoio deve ser dado a Ulysses Guimarães — e sem muitas contestações. Ordens recebidas, o



Sarney: voltando mudado do Pericumã.



Derzi: "O mais rápido possível".

líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, decidiu nem comentar. Mas não desistiu de insistir em sua ideia de criar um terceiro turno de votações do projeto constitucional, alegando que é preciso "legalizar os dispositivos que surgiram como ino-

vação no segundo turno". No entender de Sant'Anna, a emenda que convocou a Constituinte diz que toda matéria precisa ser votada em dois turnos — e há reunião de emendas do segundo turno que inovaram, sendo votadas uma só vez".

Sant'Anna diz que já discutiu o assunto com Ulysses que, segundo ele, prometeu analisar a proposta com o líder do PMDB, Néelson Jobim, e com o senador Afonso Arinos. "Da forma como está agora, poderá haver contestações posteriores, e não há resposta legal possível", argumenta Sant'Anna. Para que esse pedido fosse atendido, contudo, seria impossível evitar um atraso na conclusão dos trabalhos — o que Sarney, definitivamente, reconhece que não compensa.

Na reunião de ontem, o líder do PFL na Câmara, José Lourenço, não compareceu, e também não compareceu o líder do PFL no Senado, Marcondes Gadelha — ambos estavam viajando e mandaram Edison Lobão como representante. Sarney, segundo os presentes, estava "descansado, risonho e em estado excelente", depois de um fim de semana prolongado em seu sítio de São José do Pericumã, onde foi para recuperar-se de uma labirintite, que se revelou através de um stress. "Ele está calmo e sereno", garantiu Saldanha Derzi. "O presidente aproveitou o descanso para refletir bastante sobre o tempo que lhe resta no governo.

Ele só quer adaptar a administração federal à nova realidade e não admite discutir a soberania da Constituinte, que reconhece como plena". Agora, ele pede pressa na votação da futura Carta, para, segundo diz, poder governar. O presidente voltou muda do fim de semana em seu sítio.

Lourenço já admite acordos

"Não é a reedição da Aliança Democrática, é uma aliança a favor do Brasil." Assim o líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, definiu a possibilidade de acordos isolados entre o seu partido e o PMDB em alguns pontos polêmicos da Constituição. De acordo com o deputado, "o que se busca sempre são acordos globais". Mas de qualquer modo estão sendo preparados 25 pontos que o PFL levará apenas ao líder do PMDB na Constituinte, deputado Néelson Jobim, como condições para que a Frente Liberal volte a assinar todos os acordos de liderança.

Ontem, após uma reunião entre José Lourenço, o vice-líder do PFL, deputado José Lins, Néelson Jobim, e o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, o PFL conseguiu do PMDB a promessa de que os 25 pontos serão estudados com atenção e que a possibilidade de acordo não está descartada. Com isso, o deputado José Lins volta a representar oficialmente o PFL nas reuniões de liderança, mas se reserva a não votar os pontos mais polêmicos enquanto não forem atendidas pelo menos parte de suas 25 reivindicações.

Os deputados não quiseram adiantar quais pontos já foram discutidos entre as lideranças do PMDB e do PFL. De acordo com José Lins, a lista ainda não está totalmente preparada. O partido pretende ouvir toda a bancada e entregar as reivindicações a Néelson Jobim em dois dias. Mas Jobim adiantou alguns pontos que certamente estarão entre os 25. Um deles é a proibição da comercialização de sangue e seus derivados, que o PFL deseja suprimir, assim como o artigo que proíbe ao Estado contratar serviços ou comprar produtos de empresas que não tenham capital cem por cento nacional. Há outras questões que o PFL não admite sejam importantes, mas que deverão entrar como condições. A retirada dos dois turnos, pelo menos nas próximas eleições municipais, é uma delas. Outra é um dispositivo que modifique a proibição da indicação de deputados e senadores a cargos executivos sem perda do mandato, garantindo assim a nomeação do senador Alexandre Costa (PFL/MA) para o governo do Distrito Federal. Tais pontos, porém, implicam modificações no texto sem que haja emenda, o que só pode acontecer com a aprovação de todos os partidos.

O deputado Néelson Jobim não está gostando de ver a possibilidade de acordo entre o PFL e o PMDB sobre alguns pontos como uma reedição da Aliança Democrática. "Nós já votamos juntos outras vezes. Não existe nenhum compromisso de aliança", afirma o deputado. De acordo com Jobim, o PMDB não se comprometeu ainda a apoiar o PFL em nenhuma das mudanças propostas. "Todos os pontos que estudarmos aqui serão levados aos outros líderes", garante Jobim, para quem o importante "é trazer o PFL de volta à mesa de negociações, porque precisamos aprovar uma Constituição que não seja apenas de uma maioria escassa, mas de todo o conjunto da sociedade".

A reeleição de Ulysses, nas disposições transitórias.

"Fica reeleito presidente da Câmara dos Deputados, para o período 1989/1990, o atual presidente, deputado Ulysses Guimarães". Esta determinação-homenagem poderá constar de um dos dispositivos do capítulo das disposições transitórias da futura Constituição. A sugestão é do senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ).

A primeira reação contrária foi de um dos cabos eleitorais do presidente do PMDB, deputado Israel Pinheiro Filho (MG): "É casuismo demais". O próprio presidente da Câmara e da Constituinte não gostou nem um pouco da ideia. Poderia lhe acarretar mais desgaste de que outra proposta anterior, que recusou: a sua eleição indireta pela constituinte a vice-presidente de Sarney.

Ulysses continua examinando, preocupado, a possibilidade ou não de ser reconduzido a presidente da Câmara, cargo que garantiria continuar vice-presidente da República. Como vice, porém, a partir de 15 de maio de 89 não poderia mais substituir Sarney, sob pena de ficar inelegível na sucessão presidencial, seis meses depois.

A ideia de homenagear alguém no texto constitucional não é inédita. Na Constituinte de 46 o ex-comandante da Força Expedicionária Brasileira (FEB), Mascarenhas de Moraes, foi promovido de general a marechal. Por força de emenda aprovada



Ulysses: em direção à mesa.

Os temas em votação na sessão de hoje

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, ficou irritado ontem à noite ao verificar o número de presentes à sessão: 246 parlamentares. Como não foi possível iniciar o esforço concentrado, Ulysses convocou nova sessão para hoje de manhã. Mas a Constituinte só voltará a se reunir às 13h30, quando deve decidir sobre questões pendentes — como o segundo turno de votação para as eleições municipais.

Dificilmente, porém, se conseguirá um acordo que possibilite a nomeação do senador Alexandre Costa (PFL-MA) para o governo do Distrito Federal. O artigo 55, alínea "d" do inciso II do texto aprovado no primeiro turno, proíbe aos parlamentares acumularem mais de um "cargo ou mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal". Como o governador do DF passará a ser cargo eletivo com a promulgação de nova Carta, Costa fica impossibilitado de assumi-lo sem perder o mandato. Uma modificação implicaria em acordo entre todos os partidos, e isso está sendo considerado pelo líder do PMDB na Constituinte, deputado Néelson Jobim como "praticamente impossível".

Não há emenda para suprimir a alínea. Dessa forma, uma modificação só seria possível a partir de um acordo entre todas as lideranças. "Nós não vamos compactuar com esse casuismo", diz, por exemplo, o deputado Augusto Carvalho (PCB-DF). Para o deputado José Lins, vice-líder do PFL, poderia ser encontrado um entendimento de que tal proibição só valesse depois da primeira eleição. Isso poderia ser colocado nas Disposições Transitórias. "Vão ter que arranjar outro governador", garante o deputado José Genoíno (PT-SP).

Ontem, sem sessão da Constituinte, os líderes adiantaram vários artigos, terminando o Título III (Da Organização do Estado) e avançando pelo Título IV (Da Organização dos Poderes) até o artigo 80, que trata da posse do presidente e do vice-presidente da República.

Houve acordo:

Competências do Distrito Federal: os líderes votaram pela aprovação de uma emenda do deputado Geovah Amarante



A reunião de ontem dos líderes partidários

(PMDB-SC), que dá ao Distrito Federal todas as competências reservadas aos Estados e Municípios (instituir e arrecadar tributos: criar, organizar e suprimir distritos, entre outras). O texto aprovado no primeiro turno só reserva ao Distrito Federal as competências legislativas.

Aposentadoria do servidor público: volta ao texto do primeiro turno, que garante aposentadoria integral em caso de acidente ou doença contraída em serviço, além de doenças contagiosas ou incuráveis.

Reuniões do Congresso Nacional: o Congresso fica obrigado a reunir-se, anualmente, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro.

Blocos parlamentares: os blocos parlamentares (que não se constituem em partidos, como por exemplo, o Centrão) não terão representação nas Mesas do Congresso ou em suas comissões. Foram aprovadas pelas lideranças emendas que suprimem a participação dos blocos parlamentares.

Medidas provisórias: o presidente poderá adotar medidas provisórias — decretos, leis — quando houver caso de urgência, submetendo-as depois ao Congresso. Emendas no sentido de suprimir esses artigos foram rejeitadas pelas lideranças.

Limitação dos Tribunais de Contas esta-

duais: o atual texto limita os Tribunais estaduais a sete conselheiros. No que era considerado pelo deputado José Genoíno um "convite ao Trem da Alegria", havia três emendas que suprimiam o limite de sete conselheiros. Todas rejeitadas.

Posse de presidente e vice: o atual texto dispõe que o presidente ou o vice, um dos dois, têm que assumir em dez dias. Uma emenda do deputado Arnaldo Martins diz que o presidente tem que assumir em dez dias ou o cargo será considerado vago. Se aprovada, a emenda não permitiria que se repetisse o episódio envolvendo Tancredo Neves e José Sarney. As lideranças rejeitaram a emenda.

Não houve acordo:

Emenda Quéricia: é uma emenda de Gil César (PMDB-MG), que modifica o parágrafo 1º do artigo 38, que dispõe sobre publicidade governamental. O texto aprovado no primeiro turno proíbe que nas propagandas constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal. A emenda de Gil César suprime tudo isso. Ganhou o apelido de "emenda Quéricia" pelas propagandas do governo de São Paulo, muitas delas apresentadas pelo próprio governador de São Paulo.

Uma nova Previdência, nesta proposta.

A criação de mais um ministério — o da Assistência Social — ou preferencialmente de uma fundação de assistência ou bem-estar social, começará a ser defendida junto ao governo pelo senador Almir Gabriel (PMDB-PA), autor do projeto constitucional do sistema de seguridade social, como fundamental para organizar e executar o novo modelo assistencial a ser implantado após a promulgação da futura Constituição.

Pela proposta do senador, a ser implementada por lei complementar, continuariam existindo os ministérios da Previdência Social e da Saúde (a este vinculado o Inamps), só que com as atuais estruturas completamente modificadas. Acima de todos esses órgãos funcionaria um Conselho Nacional de Seguridade Social, como indicador máximo das políticas do setor.

Essa nova estrutura na área social deverá ser aprovada imediatamente após a promulgação da Constituição e está prevista no art. 86 das disposições transitórias. Pode ser uma proposição do Executivo ou

do Legislativo, desde que consultados previamente os Estados — para adequação dos projetos constitucionais locais — e ouvida a sociedade através de seus representantes na área da saúde, organizações trabalhistas e comunidade, ressaltou Almir Gabriel.

Tudo isso é fruto da implantação do novo sistema de seguridade social, antecipou o senador, que pessoalmente prefere a criação de uma Fundação de Assistência Social porque tem custo menor que um Ministério, porém maior liberdade para arrecadação de recursos. Nesse contexto, o Inamps, a Fundação Sesp e a Sucam passarão a ser gerenciados a nível local para que a execução dos serviços que prestam seja fiscalizada de perto pela população usuária. Por outro lado a LBA, Funabem e todos os órgãos assistenciais a nível estadual e municipal também terão seus papéis redistribuídos e modificados para atender a nova filosofia da seguridade social.

A União, segundo o plano do senador, continuará determinando a política e pro-

movendo sua execução na área da Previdência Social de uma forma bem mais forte e abrangente que a atual. O ministério passaria a atuar num contexto maior que o da simples concessão e manutenção dos benefícios. A ideia em curso é que a nova Previdência Social ampare os trabalhadores na perda da capacidade laborativa profissionalizando-os para outras atividades. Para isso poderia ser usada parte do seguro-desemprego cujos recursos a nova Constituição já repassou para a seguridade social. Na área da saúde e da assistência, porém, a participação da União ficaria na formulação das respectivas políticas, cuja coordenação seria dos Estados e execução dos municípios, explicou Almir Gabriel.

A nova Constituição já prevê orçamento específico para a seguridade social em 1990, e dependendo da mobilização da comunidade, Almir Gabriel está certo que os Estados também ficarão obrigados a elaborar seus orçamentos destinando parte ao custeio do novo modelo de amparo social à população.

nas disposições transitórias. A de 88 poderia homenagear o "marechal da Constituinte".

O presidente do PMDB está sendo aconselhado a não se empenhar pela aprovação na Constituinte, hoje ou amanhã, da emenda do deputado do Centrão, Nilson Gibson (PMDB-PE), que suprime a proibição de reeleição dos membros das mesas da Câmara e do Senado para o mesmo cargo. Esta emenda, se aprovada, abriria caminho à recondução do atual presidente da Câmara no período 89/90, e à sua permanência como vice-presidente de Sarney, até a posse em janeiro de 90 do presidente e vice-presidente da República, que serão eleitos a 15 de novembro de 89.

Alguns dos amigos mais próximos de Ulysses Guimarães estão tentando lhe convencer de que a sorte de sua candidatura a presidente não depende de sua presença na chefia da Câmara, mas sim da repercussão na sociedade da nova Constituição e dos êxitos eleitorais do partido nas principais capitais e municípios, a 15 de novembro próximo.

Carta nas mãos

A tendência de Ulysses é a de aceitar os conselhos. Se aprovada a emenda Gibson, ele poderia ser reeleito. Os candidatos

a presidente da Câmara na eleição de fevereiro de 89 desistiriam para apoiá-lo — Paes de Andrade (CE), Bernardo Cabral (AM) e Paulo Mincrone (RS). Sendo candidato do PMDB a presidente da República em 89, a partir de 15 de maio do próximo ano ele não mais poderia exercer a chefia do governo interinamente.

Pela lei das inelegibilidades — que repete texto da atual e da futura Constituição — se exercer o cargo de presidente nos seis meses anteriores ao pleito ficará inelegível.

A solução, neste caso, seria uma espécie de jogo de esconde-esconde — a cada viagem de Sarney ao Exterior, o vice-presidente constitucional alegaria convite irrecusável, viajando à Argentina ou ao Uruguai, cedendo a chefia interina do governo ao presidente do Senado, Humberto Lucena, sem pretensões conhecidas a presidente ou vice-presidente da República.

Lutar pela reeleição e continuar vice-presidente até 14 de maio de 89 só traria problemas a Ulysses, dizem seus amigos do "Clube do Poire". Aham que a melhor decisão seria a de apressar a promulgação da nova Constituição, lutar pela sua aceitação pela sociedade e sair com ela nas mãos, como bandeira eleitoral do PMDB em 88 e 89, como foi feito com o "Plano Cruzado" em 86.